

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

BRASIL PARALELO E O CASO MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA SÉRIE INVESTIGAÇÃO PARALELA E A DESINFORMAÇÃO AUDIOVISUAL

Ana Clara Mota, Milena Diamantino Pessi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17914>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

BRASIL PARALELO E O CASO MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA SÉRIE INVESTIGAÇÃO PARALELA E A DESINFORMAÇÃO AUDIOVISUAL

ANA CLARA DA SILVA MOTA,

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5247-4619>

ac.mota@unesp.br

Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP. Brasil.

MILENA DIAMANTINO PESSI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3922-0143>

milena.pessi@unesp.br

Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP. Brasil.

RESUMO: A produtora Brasil Paralelo realiza a série Investigação Paralela, que debate teorias sobre crimes reais de grande repercussão, como o Caso Maria da Penha. Com base no mapeamento do perfil da produtora e no histórico do caso que culminou na Lei nº 11.340/2006, este trabalho parte da hipótese de que a produtora atua como um vetor de desinformação que deslegitima a vítima e a própria legislação de proteção às mulheres, promovendo um discurso revisionista que descredibiliza as conquistas legais obtidas no combate à violência de gênero. Para fundamentar esse argumento, os conceitos de "câmaras de eco" e "bolhas" (Santaella, 2019) e de revisão historiográfica (Napolitano, 2021) servem de âncora teórica, compreendendo os documentários como narrativas estruturadas que reforçam preconceitos e ideias preexistentes no meio social, mesmo quando respaldadas por desinformação e manipulação.

Palavras-chave: Desinformação; pós-verdade; revisionismo histórico; violência de gênero; Brasil Paralelo.

BRASIL PARALELO AND THE MARIA DA PENHA CASE: AN ANALYSIS OF THE INVESTIGAÇÃO PARALELA SERIES AND AUDIOVISUAL DISINFORMATION

ABSTRACT: The production company Brasil Paralelo produces the series Investigação Paralela, which discusses theories about high-profile real crimes, such as the Maria da Penha case. Based on mapping the profile of the company and the history of the case that culminated in Law No. 11.340/2006, this work starts from the hypothesis that the producer acts as a vector of disinformation that delegitimizes the victim and the very legislation for the protection of women, promoting a revisionist discourse that discredits the legal achievements obtained in the fight against gender-based violence. To support this argument, the concepts of "echo chambers" and "bubbles" (Santaella, 2019) and historiographical revision (Napolitano, 2021) serve as theoretical anchors, understanding documentaries as structured narratives that reinforce prejudices and pre-existing ideas in society, even when based on misinformation and manipulation.

Keywords: Disinformation; post-truth; historical revisionism; gender-based violence; Brasil Paralelo.

INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objetivo principal compreender, inicialmente, os outsiders ou também conhecidos como líderes populistas, o qual utilizam a desinformação e as *fake news* como ferramentas na disseminação de seus discursos e melhor aceitação entre os seus eleitores. Em seguida, iremos buscar analisar como este quadro de aumento e banalização da desinformação impulsionou o que hoje é intitulado de era da “pós-verdade”, conceito este que ganhou popularidade após a corrida presidencial norte-americana e a eleição de Donald Trump, ano de 2016. As vozes, como será visto, por trás dos movimentos políticos de direita, para garantir o seu sucesso e legitimar os seus discursos, incentivam o ódio, a violência, as mentiras e até mesmo teorias da conspiração. A verdade não é um fator essencial nessa realidade da “pós-verdade”.

Somada a esta realidade e o poder das redes sociais, no mesmo ano em que Trump tornou-se presidente dos Estados Unidos, foi criada a plataforma Brasil Paralelo por Lucas Ferrugem, Felipe Valerim e Henrique Viana, três ex-alunos de marketing, um resultado direto da crise política e dos protestos brasileiros em 2013. A plataforma é conhecida por produzir documentários e obras audiovisuais que prometem apresentar a história paralela, aquela escondida pelas grandes mídias tradicionais, como os jornais, e que de fato ocorreu. Suas obras são resultados do revisionismo histórico e possuem como objetivo principal deslegitimar a hegemonia historiográfica em busca da sua legitimação. Diante disso, o presente trabalho busca analisar o impacto do episódio voltado para o caso da Maria da Penha dentro da série Investigação Paralela, lançado em 2019. A produção gerou controvérsia ao questionar se o crime de fato ocorreu e se foi um resultado da manipulação da vítima Maria da Penha Maria Fernandes, que buscava culpar seu então marido Marco Antonio Heredia Viveros.

A ASCENSÃO DO ANTI-ESTABLISHMENT: O FENÔMENO DOS OUTSIDERS E A ERA DA PÓS-VERDADE

Apesar de ter vivenciado o seu ápice e de maneira clara em 2016 com a corrida presidencial das eleições norte-americanas e a eleição de Donald Trump como presidente, precisamos compreender que figuras e líderes políticos extremistas são questões antigas. O autoritarismo não se iniciou com Donald Trump, este é um problema antigo. Foi visto no Peru com Alberto Fujimori, em 1990, e na Venezuela, com Nicolás Maduro, em 2013. Na Europa, este fenômeno não é novidade, pode ser visto na Itália, com Beppe Grillo, o ator e fundador do Movimento 5 Estrelas, um partido político não tradicional, que ganhou destaque nas eleições de 2013, com 25% dos seus candidatos

eleitos. Um segundo exemplo europeu é o ucraniano, em que o ator e roteirista Volodymyr Zelensky foi eleito em 2019, sem ao menos possuir alguma experiência no campo político.

O que essas figuras possuem em comum? Segundo Picussa e Codato (2022), a visibilidade que alcançaram por seus discursos e o afastamento em relação ao sistema tradicional democrático e dos partidos políticos tradicionais, sempre criticando os políticos e a classe como um todo. São assim classificados como *outsiders* com um discursos *anti-establishment* ou populistas. Segundo Schedler (1996), *anti-establishment* é o discurso realizado contra a classe política, que funciona a partir de um triângulo: no topo, encontra-se os algozes da população, a classe política; na base esquerda, os cidadãos inocentes, na base direita, os salvadores responsáveis por livrar a população deste sistema injusto e corrupto, ou seja, os atores *anti-establishment* - os *outsiders*. Estes são figuras que utilizam do discurso contra a política tradicional e que ganharam importância, como aponta Kenny (1998), fora sistema partidário, seja a partir da criação de novos partidos ou daqueles que tornaram-se relevantes atualmente.

Os *outsiders*, com o seu discurso contra o sistema, possuem um grande impacto na democracia, principalmente quando já desestabilizado, sem esperança ou crença no sistema tradicional partidário e político. De acordo com Nádia Urbinati (2020), por serem figuras que não seguem o sistema tradicional, falam diretamente com os seus eleitores, não possuem intermediários ou partidos que os possam impedir, e, principalmente, colocam-se na posição de detentores da verdade. Apropriam-se do sistema da maioria para acumular prestígio e se legitimaram como líderes políticos dignos de comandarem uma nação. Para serem eleitos, suas estratégias baseiam-se no ataque aos seus principais adversários e instituições tradicionais, assim como os sindicatos e fundações, desafiam e atacam a imprensa, deslegitimam seus oponentes e quem os segue, apontando-os como impuros e inimigos. (Levitsky e Ziblath, 2018). Deve-se ressaltar que uma das principais estratégias utilizadas por essas figuras é a maneira como a informação e, principalmente, como as desinformações são manuseadas por estas figuras, buscando a manipulação de suas crenças e de suas emoções.

A maneira como as informações passaram a ser acessadas sofreu uma grande mudança com a internet e com as redes sociais, em que a sua propagação tornou-se muito mais rápida e com grande alcance, uma característica observada pelos *outsiders* e que souberam usar a seu favor. A desinformação e as *fake news* foram usadas como uma estratégia de fácil realização e que busca deslegitimar seus oponentes políticos, mobilizar apoiadores e reforçar identidades do grupo e individual, contribuindo,

assim, para a intensificação da polarização e da fragmentação social assim como política. Toma-se aqui a desinformação e as *fakes news* a partir de Roozenbeek e Van der Linden (2024), no qual a primeira é uma produção intencional de notícias e informações mentirosas que possuem como objetivo enganar e manipular, enquanto a segunda são informações que buscam parecer com as publicadas pelas mídias tradicionais, mas não seguem os padrões de verificação como tais realizam. Para além da desinformação e das fakes news, existe também, segundo os autores, as notícias verdadeiras redigidas intencionalmente maldosas, perceptíveis a interpretações enganosas.

Leite (2020) aponta esta realidade, o crescimento do populismo e do uso da desinformação para a manipulação popular, como pós-verdade. Um conceito utilizado pela primeira vez em 1992, na revista *The Nation*, em um artigo escrito pelo cineasta Steve Tisch sobre o caso de *Watergate*. Segundo o cineasta, após o acontecimento, os cidadãos reagiram de uma maneira diferente em relação à verdade, ou seja, para a população, a verdade contada pelas mídias tradicionais sempre estavam relacionados à problemas ou geravam sentimentos negativos, como o medo e a raiva. Sentimentos estes que, segundo Tannenbaum al. (2015), são mais fáceis de manipular e influenciar comportamentos, principalmente quando aparecem em discursos em que ao apresentarem o motivo do medo e da raiva, apresentam também a solução para tal problema, mesmo que baseado em uma mentira ou uma meia verdade. O medo é o principal elemento pela boa recepção das desinformações e das notícias falsas, assim como também se responsabiliza pela vulnerabilidade e propensão dos sujeitos aceitarem a manipulação por narrativas com caráter emotivo.

A criação de discursos falsos baseados em valores identitários e emocionais geram uma difícil barreira de ser ultrapassada, principalmente quando a sua arma for a verdade e a racionalidade (Ariely, 2013). O apelo emocional, as crenças, paixões, a “bolha” criada pelo público a qual se negam a sair se sobrepõe à verdade. Ou seja, a pós-verdade foi um conceito com a sua origem ligada à um acontecimento político, guiado pela ideologia, no qual “o sujeito é inclinado a ser seletivo no que toca às suas crenças, admitindo como verdadeiras as informações que conferem reforço discursivo à sua posição ideológica-histórica” (Siebert; Pereira, 2020, p. 243). Logo, enquanto a verdade era sinônimo de medo e angústia, as políticas totalitárias e os discursos contendo desinformação e fake news eram um suspiro, um alívio, um pinga de esperança na sociedade e no futuro.

A definição de pós-verdade nasce atrelada ao gesto político, significado de uma sociedade que se importa mais com seu bem-estar diante das informações do que com a qualidade delas ou sua ligação com o real. Guiado pela ideologia, o sujeito é inclinado a ser seletivo no que toca às suas crenças, admitindo como

verdadeiras as informações que conferiram reforço discursivo à sua posição ideológica-histórica. (Siebert; Pereira, 2020, p. 243)

As emoções, segundo Leite (2020), assim como as crenças são fatores essenciais para a formação da opinião, sendo a verdade a menor das suas preocupações. Ou seja, os discursos quando combinados com as crenças e sentimentos pré-existentes de um grupo, agindo como reafirmação do que estes ouvintes já sentem e pensam, possuem um impacto emocional muito maior e mais importante do que a verdade em si. Este tipo de discurso, combinado com as desinformações e as fake news, passaram a ser cada vez mais vistas e tornaram-se uma peça chave em períodos eleitores, em que candidatos as utilizam com o objetivo de influenciar comportamentos de seus eleitores através de apelos emocionais negativos, ou seja, utilizando a raiva e o medo a seu favor, deslegitimar e atacar os oponentes políticos e aqueles que os seguem, intensificar discursos de ódio e a polarização e, por fim, moldar o debate política a partir da sua maneira, independente da verdade.

Pode-se afirmar, portanto, que a desinformação é uma das principais estratégias utilizadas no ataque à democracia moderna, principalmente, com o crescimento das redes sociais, as quais impulsionam o conteúdo produzido, com uma larga velocidade e alcance. O que era um ambiente polarizado, com a internet e os algoritmos passou a ser uma maneira de intensificação do discurso *anti-establishment*, a erosão da confiança no Estado, instituições, na democracia, no jornalismo, na classe política e no sistema político como um todo. Logo, a pós-verdade é um fenômeno das dinâmicas contemporâneas, no qual substitui-se a verdade por uma narrativa bem estruturada e organizada, baseada em emoções e crenças. Como aponta Santaella (2019, p. 19), ocorre a formação de “bolhas” ou “câmaras de eco”, ou seja, os sujeitos são expostos a notícias, histórias e visões alinhadas às suas crenças. A desinformação, para além de manipular, reafirma a “bolha” em que tais sujeitos já vivem, ocorre a manutenção e intensificação das suas crenças, paixões e emoções.

A pós-verdade é estruturada basicamente por dois processos, a formação de “bolhas” ou “câmaras de eco”, nas quais os usuários ficam isolados e expostos a visões unilaterais dentro do espectro político e consequentemente estão propensos a serem vítimas de disseminação de informações e notícias falsas e manipuladas. (Santaella, 2019, p. 19)

A pós-verdade, portanto, não é apenas a não verdade, mas também a atribuição de uma importância secundária aos discursos reproduzidos e como eles são aderidos pelo público. É a reconfiguração entre a verdade e as emoções, a maneira como discursos, notícias, imagens, vídeos e tweets são configurados e organizados, buscando reafirmar as emoções, as crenças e as esperanças pré-existentes entre o público que irá aderir, independentemente de dados ou da verdade. Dentro

desta realidade, a revolução digital amplificou o alcance e a velocidade que as desinformações, notícias, mentiras e histórias distorcidas se espalhassem mais rápido, com um alcance global e grande engajamento emocional. Logo, as “redes sociais facilitam a criação de clusters homogêneos, onde a confirmação de viés e a rejeição de perspectivas dissonantes de tornam a norma” (Roozenbeck, Van Der Linden, 2024, p. 73)

Logo, como dito anteriormente, a desinformação, as fake news, as narrativas com caráter emocional ao unirem-se com o grande poder e alcance das redes sociais e dos algoritmos tornam-se ferramentas necessárias nas campanhas políticas, sobretudo os partidos políticos extremistas e com caráter populista. São instrumentos, bem projetados e configurados, para a disseminação de discursos, também bem projetados e configurados, polarizadores em que as emoções negativas, como a raiva e o medo, são a sua base. Essa união favoreceu o crescimento da manutenção das “câmaras de eco” (Santaella, 2019), agravando e intensificando-as, principalmente, por não possuírem uma regulação. Logo, as redes sociais e as plataformas, segundo Empoli (2019), reafirma a verdade em que o público acredita viver, as amplifica, além de possibilitar um alcance global, revelando o reflexo das divisões sociais e distorcem a percepção coletiva na promoção de narrativas controversas, polarizadas e extremistas.

Podemos apontar três principais características para a disseminação de desinformação nas redes sociais. São elas: 1) mecanismos discursivos que procuram legitimar o que for dito, independente se baseadas em informações ou em mentiras; 2) o uso do discurso ideológico polarizado, com o objetivo de criar uma narrativa alternativa (Recuero et al., 2020); 3) manipulação em larga escala com o uso da inteligência artificial, como a automatização por robôs. A primeira é o movimento de reforçar o que já se possui como verdade, como a “bolha” criada pelos sujeitos, realizada através de imagens, memes, notícias, tweets, vídeos, filmes, documentários, podcasts e até mesmo blogs. O segundo, somado com as bagagens emocionais, intensificam o discurso do “nós contra eles”, criando uma narrativa alternativa, com medo, angústia e muito ódio contra o “outro”. Enquanto o terceiro é a estratégia do astroturfing, ou seja, a criação de um movimento de apoio popular político falso, são os bots, as contas falsas e automatizadas. São contas criadas com o objetivo de parecerem contas verdadeiras, com engajamento político genuíno, realizadas em grande escala e com grande alcance, influenciando e manipulando a opinião pública. O que antes era apenas desinformação, discurso

manipulado e inteligência artificial, quando juntas, transformam-se em uma tática política bem sucedida na manipulação popular.

Diante de tal tática política, os algoritmos são utilizados para a amplificação e disseminação, mas também para a criação de novas mensagens, notícias, opiniões e narrativas sensacionalistas. Com a sua lógica de amplificação, os algoritmos aumentam a produção de discursos extremistas, porque possuem respostas, reações a tais produções. Ou seja, é um movimento duplo: a criação dos discursos polarizados e a manutenção das “bolhas” (Santaella, 2019). O que era uma notícia torna-se um pensamento, uma crença, independente se verdadeira ou não.

Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos - principalmente os medos dos eleitores. (Empoli, 2019, p. 18)

As redes sociais são o meio favorito para o grande alcance de informações e notícias, assim como para as desinformação e notícias modificadas, necessita-se compreender duas características de extrema importância para a disseminação da desinformação: a personalização do ataque e o direcionamento do debate. A primeira consiste em atingir a honra do oponente político através de discursos violentos, de ódio e sempre com um tom agressivo, é realizado sob a justificativa de honestidade e comprometimento aos seus eleitores, que sempre merecem a verdade. “A fala franca, sob a máscara da autenticidade, e, por extensão, do ser verdadeiro, atua como uma estratégia do discurso político reveladora do autoritarismo”. (Sargentini; Reis, 2022, p. 18) A segunda tem como objetivo manipular a agenda e desviar o foco das questões desfavoráveis em relação à figura política, focando em outro assunto, de preferência de seu adversário, mesmo que seja uma mentira. Tal estratégia além de ocultar um debate produtivo, evita a desconfiança dos seus eleitores e, como bônus, atacar o oponente político.

BRASIL PARALELO: O REVISIONISMO HISTÓRICO E O NEGACIONISMO

A violência passou a ser uma constante na realidade política brasileira e mundial, seja contra as figuras políticas ou aos seus eleitores, intensificada pela disseminação de desinformação, fake news e esse acontecimento na era da pós-verdade, em que a construção de um pensamento ideológico e a sua reafirmação sobressaem sobre a verdade de fato. Um grande exemplo deste contexto de violência, incertezas e busca da legitimação de suas verdades sobre a história, discursos, acontecimentos,

opiniões e memória é a criação da produtora independente Brasil Paralelo em 2016, por Filipe Valerian, Lucas Ferrugem e Henrique Viana, a qual se define como uma empresa de comunicação responsável por produzir obras audiovisuais, como documentários e séries documentais, sobre temáticas políticas, históricas e religiosas, com o único objetivo de apresentar aos seus seguidores, à sua “bolha” (Santaella, 2019), o que de fato ocorreu no passado, a verdade alternativa, paralela que as grandes instituições, como o jornalismo, esconde. Argumentam ser uma plataforma despida “de qualquer ideologia política” (Brasil Paralelo, 2019), é imparcial e se coloca como a oposição de uma “suposta hegemonia cultural da esquerda na sociedade” (Martins, 2024, p. 4)

Os pensadores “paralelos” (Martins, 2024) partem da ideia de que uma hegemonia da esquerda se instalou no contexto brasileiro após a Ditadura Militar, época em que o marxismo foi o foco dentro do campo cultural, científico e jornalístico. Atualmente, a produtora alternativa Brasil Paralelo possui um catálogo com vídeos gratuitos no Youtube, porém, também conta com uma plataforma de streaming paga, com valor que varia de dez reais e noventa centavos (o plano Brasil Paralelo Econômico) à sessenta e cinco reais e noventa centavos por mês (o plano Brasil Paralelo Premium), que garante a grande adesão do público e acesso dos materiais produzidos pela empresa. No entanto, vale ressaltar, que o crescimento de assinantes não ocorreu naturalmente, mas sim graças ao grande investimento em propagandas. De acordo com a Revista Fórum (Delorenzo, 2024), a plataforma possui um número exorbitante com gastos em anúncios na Meta, principalmente nas redes sociais Instagram e Facebook, o qual foram gastos, entre 2020 e 2024, um valor de 22.231.465 milhões de reais, sendo o segundo lugar ocupado pelo Governo Federal, com um total de 10 milhões de reais durante os mesmos quatro anos. Pode-se afirmar que o Brasil Paralelo, uma produtora autointitulada como independente possui um grande investimento e alcance desde a sua criação, sobrevivendo não apenas das mensalidades dos seus espectadores, esses não preocupados com a veracidade do produto que estão consumindo.

A relação entre o conhecimento e o consequente recebimento deste passou por transformações. Ou seja, a autoridade prévia que o historiador e os estudiosos possuíam, atualmente este espaço de legitimidade para a produção de informações e conhecimentos não são mais por eles ocupados. O conteúdo produzido agora não possui a preocupação de validação de veracidade e competência de quem os produz. Essa questão contribuiu para a “crescente propagação de informações falsas e distorcidas, aspectos comuns num contexto de pós-verdade” (Martins, 2024, p.

5) Ou seja, a verdade tornou-se alvo de relativização e de discussão sobre a sua legitimidade e veracidade. Os fatos, os depoimentos, documentos não ocupam mais um espaço de importância quanto os apelos realizados, principalmente aqueles produzidos pela plataforma aqui estudada, ao manipular emocionalmente os espectadores e reforçar as suas crenças com meias verdades ou mentiras. Essas produções possuem a capacidade de apelar aos instintos, às emoções, polarizar a realidade entre o que é mau e o que é bom, incentivar um discurso de culpa, com um grande alcance graças à internet e redes sociais.

As notícias falsas apelam para as emoções e instintos. As teorias da conspiração dividem o mundo em bom e mau e revelam os supostos culpados pelos males deste mundo. Os boatos são prontamente recontados e se espalham rapidamente pelo mundo por meio da mídia social. (Zoglauer, 2023, p. 3)

Um dos principais resultados desta realidade é o aumento do negacionismo em assuntos como a ciência, como a crença nas vacinas ou no aquecimento global, ou até mesmo a deslegitimação da criação de leis, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), como será visto neste artigo. A empresa Brasil Paralelo é um dos veículos em que esta realidade de questionamento e deslegitimação de trabalhos acadêmicos comprovados, pesquisas, conhecimentos produzidos foi amplificada e alcançou um grande público. A plataforma ilumina os problemas do revisionismo e apresenta uma solução que apenas ela é capaz de oferecer: a verdade paralela, alternativa para de fato ser possível compreender o Brasil, sem algum cuidado em relação à metodologia ou um trabalho cuidadoso de aprofundamento nos processos históricos abordados em suas obras.

Um tópico necessário ser compreendido neste artigo é o revisionismo histórico, um pilar das produções audiovisuais do Brasil Paralelo, seja em relação à um acontecimento no século XVI, como a colonização, ou do século XXI, como a deslegitimação e questionamento do caso Maria da Penha. A revisão historiográfica é apontada como “um processo de revisão factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias” (Napolitano, 2021, p. 98). É necessário para o conhecimento e o seu avanço, o qual deve passar pelo crivo dos pares. Porém, Napolitano (2021) também apresenta o revisionismo histórico como uma questão de matriz ideológica, o qual diferencia-se da pesquisa e da produção de conhecimento científico legítimo, uma vez que não possui uma responsabilidade investigativa em relação ao passado ou um método rigoroso, além das fontes utilizadas não possuem uma contextualização ou justificativas, são apenas discursos escolhidos de maneira utilitarista e que irá

encaixar nas teses já prontas. O revisionismo apresenta uma narrativa pronta, que irá ser bem recebida pelas “bolhas” (Santaella, 2019) e reforçar crenças e valores já existentes.

[...] parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. Esse tipo de revisionismo é refém de objetos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica. Trata-se daquele revisionismo calcada na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico de fontes primárias (tomadas como “prova factual” a partir da leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada a priori sobre o passado incômodo e sensível.” (Napolitano, 2021, p. 99-100)

O revisionismo histórico, portanto, possui o objetivo ideológico de legitimar as ideias e concepções anteriormente estabelecidas por eles mesmo, sempre de acordo com a sua agenda política. São ideias que não possuem um rigor científico, utilizam-se de técnicas que parecem o trabalho historiográfico - são as pseudo técnicas (Martins, 2024), uma prática que ocorre através de uma seleção bem estabelecido e intencional de fragmentos de pesquisas científicas e fontes, incorporadas de uma forma descontextualizada com o objetivo de garantir o argumento defendido de antemão. Ou seja, lê-se apenas materiais que irão confirmar o que a narrativa busca apresentar, é feito de maneira conveniente e bem pensado para reforçar as crenças e valores já existentes na “bolha” (Santaella, 2019). Portanto, o revisionismo ideológico “precisa ser compreendido em uma inter-relação entre seus autores, seus locais de produção e suas conjunturas de enunciação.” (Bauer, 2018, p. 197)

Contudo, esta prática do revisionismo histórico, muito utilizada pela empresa Brasil Paralelo, não é algo atual. Em 1988, o livro “Assassino da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo”, de Pierre Vidal-Naquet, apontada as narrativas responsáveis por negar o Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. É uma prática marcada pela falsificação e negação da história através de fontes duvidosas e utilizadas de maneira bem pensada, com o objetivo de provar um argumento, mesmo que sem nenhuma contextualização. Apesar de não ser uma tática atual, o revisionismo no contexto da pós-verdade possui suas particularidades e características que vão para além da negação de fatos históricos. Na contemporaneidade, agem através do silêncio e ocultamentos em relação ao passado, com o objetivo de os tornar insubstanciais. São pequenas distorções e pequenos ocultamentos que levam à construção de uma história conveniente, que se encaixa perfeitamente aos moldes que podem eles são desenhados, sempre atentando aos grupos econômicos dominantes da sociedade.

Os negacionismo contemporâneos agem principalmente através de silêncios, mistificações, ocultamentos e minimizações que se dão no âmbito narrativo, para além do empírico, que visam subtrair determinados passados de nossos presentes, tornando-os substanciais, e impor significados unívocos à nossa história - não raro aqueles acalentados pelos setores dominantes. (Villa, 2021, p. 163-164)

A construção desta história alternativa, intitulada por Louis Dean Valência-Garcia (2020) de *alt-history*, é construída através de sete principais elementos. A saber: 1) negação da história, que pode apresentar a rejeição de arquivos, documentos e evidências históricas; 2) crença na teleológica, discurso que apresenta a crença nos fins e nos propósitos; 3) narrativas de declinação, ou seja, o entendimento de que a transformação e as mudanças são sinônimos de algo negativo e degenerativo; 4) a mitificação, processo que ocorre quando os fatos comprováveis, pesquisas e documentos são substituídos por ilusões e realidades inventadas; 5) a nostalgia, no qual o passado torna-se objeto de idealização através da seleção bem organizada e bem pensada convenientemente de narrativas e fatos; 6) p a-historicismo, em que as informações e os discursos baseiam-se em inverdades; 7) história moldada através das produções culturais, como filmes e documentários, e não pela pesquisa e conhecimento. Este estudo foi realizado com os Estados Unidos em mente, porém, também permite compreender e realizar uma reflexão sobre o caso brasileiro da ascensão dos outsiders e de plataformas como o Brasil Paralelo em um contexto da pós-verdade.

INVESTIGAÇÃO PARALELA: O CASO MARIA DA PENHA E ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO

Como visto anteriormente, a empresa Brasil Paralelo possui como principal objetivo de suas produções audiovisuais a reconstrução histórica, a apresentação de acontecimentos a partir de uma verdade nunca antes vista, escondida pelas grandes mídias, como os jornais, e apresentar assim o que de fato ocorreu. É reforçar crenças e valores estabelecidos a partir de textos, notícias, imagens, argumentos pensados para comprovarem suas ideias. Tal situação ocorreu com o caso da Maria da Penha. A plataforma conversadora publicou, em 2023, um artigo intitulado “A história da Maria da Penha pode ter mais nuances do que parece à primeira vista”, com relatos e entrevistas que reforçam uma justificação e romantização das ações cometidas pelo Agressor Marco Antonio Heredia, então marido de Maria da Penha.

O argumento utilizado pela empresa brasileira foi a de que mesmo após o ataque em 1983, a então “vítima” levou tiro nas costas e ficou paraplégica, porém continuou com o marido e mandava cartas românticas afirmando ser o melhor homem do mundo. Ou seja, a ideia de que mesmo após os

acontecimentos, eles continuam juntos e pareciam se amar. Segundo Brasil Paralelo (2023), foram enviadas cartas para Marco quando estava em Brasília, porém, alguns dias depois, Maria da Penha entrou com o pedido de divórcio porque havia descoberto traições. Ressaltam também o fato de que antes, não o acusava de agressão. O objetivo principal do artigo é apresentar uma defesa do agressor e ex-marido de Maria da Penha, um lado nunca contado anteriormente através de uma investigação sem nenhum artifício legislativo, com apenas dois nomes citados como fonte: Ricardo Ventura, um psicólogo que trabalha com linguagem corporal e que possui uma ligação à Jovem Pan; e Dr. Otacílio Silveira, advogado que já havia defendido a inocência de Marco em outras entrevistas realizadas pelo Brasil Paralelo.

Apesar de reforçar a inocência do agressor, Maria da Penha Maria Fernandes foi vítima de agressões de seu ex-marido e duas tentativas de homicídio, no qual na primeira ficou paraplégica e na segunda sofreu uma tentativa de eletrocução com o uso de uma descarga elétrica durante o banho (IMP, Maria da Penha, 2023). Mesmo com as tentativas de reconstrução histórica sobre o caso, a Lei nº 11.340/2006 foi um marco na história do direito brasileiro, pois é uma das únicas leis com o intuito de proteger mulheres vítimas de violência e abuso doméstico, assim como ajudá-las na prevenção e no posterior, com uma rede psicológica de apoio. O Brasil Paralelo, com este artigo publicado em sua plataforma (2023), é uma rede conservadora com o intuito de mudar a história de superação e mudança na visão como se enxerga a mulher.

Para além do artigo, a plataforma brasileira que possui como base o revisionismo histórico e o negacionismo, também produziu uma série documental intitulada *Investigação Paralela*, no qual um dos episódios, intitulado *O Caso Maria da Penha*, possuía como foco recontar e apresentar Marco como vítima e não como agressor. Este documentário é estruturado na contestação de um fato jurídico comprovado e consolidado: a responsabilidade de duas tentativas de feminicídio de Marco Antonio Heredia Viveros contra a sua esposa Maria da Penha, no ano de 1983. A permissão da obra é questionar se de fato tal ocorreu, argumenta que o processo judicial foi imparcial e estava preparado para acusar Marco. O documentário baseia-se em três principais pontos. A saber: 1) dá voz ao agressor e a sua narrativa de inocência, ao afirmar ter sido vítima de uma invasão domiciliar e roubo; 2) exploração de contradições, em que a empresa analisa as perícias médicas e argumenta ser um processo judicial influenciado diretamente por questões ideológicas; 3) deslegitimação e questionamento da Lei

Maria da Penha, no qual apresenta a lei em defesa da mulher vítima de violência doméstica como um resultado de um projeto feminista que ocorreu dentro do Judiciário.

Para garantir o bom recebimento e o convencimento desta teoria por eles produzida, o Brasil Paralelo utiliza-se de estratégias citadas acima do contexto da pós-verdade, ou seja, apresenta uma retórica de verdade paralela, por muito tempo escondida pelas grandes instituições e pelo Estado, assim como o discurso bipolarizado, da luta do bem contra mal. Porém, para tal, o documentário omite e relativiza dois principais pontos que foram fundamentais no julgamento de Marco Heredia Viveros. O primeiro é a dupla condenação do agressor pelo Tribunal do Júri, nos anos de 1991 e 1996, por tentativa de homicídio de Maria da Penha, enquanto o segundo é a denúncia do caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no qual a Condenação Internacional do Brasil responsabiliza o Estado por negligenciar a violência doméstica. Ou seja, o artigo quanto o documentário utilizam-se da apresentação de uma narrativa paralela, alternativa para confirmar a versão de inocência do agressor, e da disputa da memória pública entre os usuários da plataforma, uma vez que apresentam uma nova versão à pessoas leigas e sem entendimento histórico sobre o caso e já abertos a aceitação de tal narrativa.

Porém, o episódio intitulado “Caso Maria da Penha” foi removido do canal do Brasil Paralelo após uma mobilização política, apoiada pela repercussão do caso no Poder Judiciário assim como o apoio de entidades do direito às mulheres. O documentário foi considerado como uma segunda violência de gênero contra a vítima, uma vez que ofereceu um espaço para o então condenado em duas instâncias Marco Antonio Heredia Viveras, assim como uma afronta ao Judiciário Brasileiro, uma vez que produções dos meios de comunicação não podem modificar ou buscar distorcer fatos e casos julgados sem respaldo, e que fere a verdade., além de ferir diretamente uma conquista da civilização brasileira reconhecida em nível internacional e propagar desinformação. Logo, diante o risco judicial de bloqueio da plataforma, o Brasil Paralelo retirou o episódio, porém utiliza tal caso como uma estratégia de vitimização, argumentando serem vítimas da censura do sistema e da necessidade em afirmar a importância do revisionismo histórico por eles realizados, uma vez que o incômodo em larga escala é sinônimo de mentira.

Como o episódio sobre o caso Maria da Penha da série Investigação Paralela, da Brasil Paralelo, não está mais disponível devido a determinação judicial da 9ª Vara Criminal de Fortaleza (CE) a análise aqui realizada foi feita com base no vídeo “Caso Maria da Penha: ex-marido, advogado criminalista e

vítima da lei - Pela fechadura #001” do canal Não Minta Pra Mim, do psicanalista e palestrante Ricardo Ventura; e do vídeo “Desmentindo o documentário do Brasil Paralelo sobre a Maria da Penha” da comunicadora, feminista e atualmente Deputada Estadual por Santa Catarina, Caroline Sardá. Além de ampliar o conteúdo produzido pela produtora, ao disponibilizá-lo gratuitamente via Youtube, os dois vídeos disputam a narrativa construída sobre o caso, permitindo observar de maneira mais explícita os mecanismos discursivos da pós-verdade e da construção de bolhas (Santaella, 2019).

O primeiro vídeo reúne o próprio Marco Antonio Heredia Viveros, um advogado criminalista e o influenciador Alexandre Paiva, que é apresentado como “pai alienado”, para reconstituir os fatos sob a ótica do acusado (Ventura, 2023). O segundo, é uma transmissão ao vivo que teve duração de mais de 6 horas, onde Caroline Sardá propõe desmentir as alegações apresentadas no documentário da Brasil Paralelo analisando e descrevendo ponto a ponto as cenas do documentário (Sardá, 2023). A contraposição dos vídeos evidencia, de maneira direta, a disputa por legitimidade discursiva caracterizada na pós-verdade, tal como é discutido por Santaella (2019) e Siebert e Pereira (2020).

A narrativa construída no primeiro vídeo procura inverter a legitimidade histórica do caso. A reconstrução dos acontecimentos de 1983 como um assalto mal compreendido, reforçada pela presença do advogado, confere credibilidade à reanálise do processo original, ainda que a condenação de Heredia já tenha transitado em julgado. Esse movimento corresponde exatamente ao conceito de revisão historiográfica trabalhado por Napolitano (2021): o questionamento dos fatos estabelecidos não a partir de novas provas robustas, mas de uma nova leitura interpretativa favorável ao entrevistado. Por outro lado, no vídeo de Sardá (2023), o mesmo episódio é reconstituído a partir do processo penal e de fontes primárias, num movimento inverso de reafirmação da versão histórica oficial, o que evidencia como o revisionismo praticado pela Brasil Paralelo (MARTINS, 2024) depende, estruturalmente, de uma disputa por quem detém a autoridade de contar a história.

A presença de Alexandre Paiva no vídeo de Ventura (2023) traz uma camada de apelo emocional coletivo à narrativa: ao se apresentar como uma vítima de alienação parental e crítico da aplicação equivocada da Lei Maria da Penha, o influenciador desloca o debate da violência doméstica sofrida pela vítima para uma suposta injustiça sofrida pelos homens em geral, ativando o mecanismo da personalização do ataque descrito por Sargentini e Reis (2022). Esse deslocamento corrobora o argumento apresentado ao longo deste trabalho de que o apelo ao medo e à indignação (Tannenbaum et al, 2015) funciona como estratégia retórica independentemente da precisão factual do que é relatado.

A presença do advogado criminalista cumpre, ainda, uma função de legitimação técnica semelhante à observada por Martins (2024) em relação a produção da Brasil Paralelo de modo geral: a inversão do discurso de autoridade jurídica emula os procedimentos da pesquisa histórica e jornalística sem, no entanto, submeter-se aos mesmos critérios de verificação. Em contrapartida, Sardá direciona sua crítica não apenas ao conteúdo do documentário, mas também ao próprio modelo de negócio da produtora, relacionando a insistência da Brasil Paralelo em revisionismos ao investimento massivo em publicidade nas redes sociais – os mais de 22 milhões de reais que foram aplicados entre 2020 e 2024 (Delorenzo, 2024) –, reforçando a utilização da desinformação como estratégia deliberada de audiência e monetização, não como um efeito colateral.

O alerta realizado por Sardá (2023) sobre a probabilidade de represálias contra Maria da Penha antecipa o desfecho do caso nos anos seguintes: a formação de uma articulação, investigada pelo Ministério Público do Ceará, envolvendo Heredia, Paiva e os responsáveis pela produção e edição do documentário, sob suspeita de terem promovido uma campanha de ódio contra a farmacêutica (Basilio, 2026), e a ação civil pública movida pela Advocacia-Geral da União contra a Brasil Paralelo, pedindo indenização por danos morais coletivos (Matos, 2025). Isso demonstra que a disputa discursiva não se restringe apenas ao plano simbólico: ela produz consequências jurídicas e sociais concretas, corroborando que o revisionismo histórico praticado pela Brasil Paralelo – amplificada por conteúdos derivados, como o vídeo de Ventura (2023) – funciona como vetor efetivo de desinformação e de violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar como a ascensão de discursos anti-establishment e de pós-verdade articula um terreno fértil para a consolidação de produtoras como a Brasil Paralelo, que se apresentam como alternativas à suposta hegemonia historiográfica e midiática. O arcabouço teórico sobre revisionismo histórico e negacionismo contemporâneo (Napolitano, 2021; Valencia-Garcia, 2020; Villa, 2022) permitiu compreender que a produção audiovisual da plataforma não constitui um exercício isolado de reinterpretação factual, mas segue um padrão estrutural de deslegitimação de narrativas historicamente consolidadas, operando dentro de uma lógica de reforço de “bolhas” e “câmaras de eco” já formadas em seu público (Santaella, 2019).

No episódio sobre Maria da Penha e nos conteúdos derivados dele - que ampliam a narrativa da produtora e também os que a contestam - evidenciou-se que a estratégia discursiva não atinge apenas o registro simbólico da disputa pela verdade histórica. Ao questionar a legitimidade do processo que resultou na Lei nº 11.340/2006 deslocando o eixo da vítima para o suposto sofrimento do agressor, a narrativa construída contribui para a desconstrução pública de conquistas legais obtidas décadas atrás no combate à violência doméstica. Os desdobramentos jurídicos posteriores - a investigação do Ministério Público do Ceará e a ação civil pública movida pela Advocacia-Geral da União - confirmam que essa é uma disputa com consequências concretas, não apenas retóricas, o que corrobora a hipótese central trazida aqui.

Portanto, entende-se que a atuação de produtoras como a Brasil Paralelo deve ser compreendida não como um fenômeno de entretenimento ou jornalismo alternativo, mas como parte de uma engrenagem mais ampla de desinformação que instrumentaliza o revisionismo histórico para fins ideológicos, com efeitos diretos na legitimidade de políticas públicas de proteção às mulheres

REFERÊNCIAS

6 LHT HIGGS LTDA. **Brasil Paralelo**. Notificação extrajudicial de 19 de fevereiro de 2019.

Disponível em: Acesso em 5 de abril de 2019. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1kVxZcJAABli1SXPOxBJqv3maUFxGssj8>. Acesso em: 5 de abril de 2019.

ARIELY, Dan. **A mais pura verdade sobre a desonestidade**: como mentimos para todo mundo — inclusive para nós mesmos. Tradução de Jorio Dauster. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BASILIO, Ana Luíza. **Como um documentário da Brasil Paralelo se liga a uma rede de ódio contra Maria da Penha**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-um-documentario-da-brasil-paralelo-se-liga-a-uma-rede-de-odio-contra-maria-da-penha/>>. Acesso em: 1 set.. 2026.

BAUER, C. S. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? MAUAD A. M.; Ricardo SANTHIAGO R.; BORGES V. T. (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 195-205, p. 198-199

BRASIL PARALELO (Porto Alegre). A história da Maria da Penha pode ter mais nuances do que parece à primeira vista. 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-historia-da-maria-da-penha-pode-ter-maisnuances-do-que-parece-a-primeira-vista?utm_medium=artigos. Acesso em: 20 agosto 2026.

DELORENZO, D. “Brasil Paralelo gastou R\$ 22 milhões em redes na Meta em 4 anos, o dobro da Secom”. **Revista Fórum**, 19 mar. 2024. Disponível em: [«https://revistaforum.com.br/midia/2024/3/19/brasil-paralelo-gastou-r-22-milhes-em-redes-na-meta-em-anos-dobro-da-secom-155935.html»](https://revistaforum.com.br/midia/2024/3/19/brasil-paralelo-gastou-r-22-milhes-em-redes-na-meta-em-anos-dobro-da-secom-155935.html). Acesso em: 21 mai. 2026.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, às teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução de Heloisa Matias. São Paulo: Vestígio, 2019. 272 p. ISBN 978-85-88996-91-5. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/engenheiros-caos-conspira%C3%A7%C3%A3oalgoritmos-influenciar/dp/8554126602>. Acesso em: 29 mar. 2026.

KENNEY, C. D. Outsider and Anti-Party Politicians in Power: New Conceptual Strategies and Empirical Evidence from Peru. **Party Politics**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 57–75, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068898004001003>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068898004001003>. Acesso em: 28 abr. 2026.

LEITE, Ana Cláudia. **Fake News em Tempos de Pós-Verdade**. 2020. 76 f. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7619/2020_leite_fake_news_tempos.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

LEVITSKY, S. ZIBLATI, D. **Como morrem as democracias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Versão e-book.

MARTINS, Daniela da Silva. O revisionismo histórico da Brasil Paralelo: alguns apontamentos e possibilidades de enfrentamento. **Revista Angelus Novus**, v. 15, n. 20, p. 220575, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.20.2024.220575>.

MATOS, Maria Clara. **Governo processa Brasil Paralelo por conteúdo sobre caso Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-processa-brasil-paralelo-por-conteudo-sobre-caso-maria-da-penha/>. Acesso em: 1 set. 2026.

NAPOLITANO, Marcos. O negacionismo histórico: entre a política e a epistemologia. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 43-72.

PICUSSA, Roberta; CODATO, Adriano. Outsiders na política: uma visão geral. **SciELO Preprints**, [S.l.], p. 1-16, 4 ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/scielopreprints.4533>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4533/8702> Acesso em: 01 abril. 2026.

RECUERO, Raquel et al. A Desinformação narrada pela Checagem: Estudo das Eleições de 2018 e 2022. **E-Compós**, v. 28, n. 2, 2025. DOI: 10.30962/ecompos.3039. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/ecompos/article/view/3039>. Acesso em: 12 abril 2026.

ROOZENBEEK, Jon; VAN DER LINDEN, Sander. The Psychology of Misinformation. **Cambridge: Cambridge University Press**, 2024. 194 p. ISBN 978-1- 009-21441-4. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009214414>. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/books/psychology-ofmisinformation/2FF48C2E201E138959A7CF0D01F22D84>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SANTAELLA, Lucia. A pós-verdade como acontecimento discursivo. In: SANTAELLA, Lucia. A pós-verdade é verdadeira ou falsa? Barueri: **Estação das Cores e das Letras**, 2019. p. 17-34. ISBN 978-85-9501-028-5. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy/?format=pdf> Acesso em: 29 abr. 2026

SARDÁ, Carolline. Desmentindo o documentário da Brasil Paralelo sobre a Maria da Penha. [S.l.]: **Youtube**, 2023. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e-6EYHW9BGo>. Acesso em: 01 set. 2026.

SARGENTINI, Vânia; REIS, Renata. Da falsa harmonia à fala franca: as agressões verbais em campanhas presidenciais de 2014 e 2018. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 66, e13984, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e13984>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alfa/a/8JLnDFjVD6LfG3VGr34mgxN/?lang=pt>. Acesso em: 07 abril 2026.

SCHEDLER, A. Anti-Political-Establishment Parties. **Party Politics**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 291–312, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/135406889600200300>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/135406889600200300>. Acesso em: 01 abr. 2026.

TANNENBAUM, Melanie B. et al. Appealing to fear: A meta-analysis of fear appeal effectiveness and theories. **Psychological Bulletin**, v. 141, n. 6, p. 1178–1204, 2015.

URBINATI, Nadia. **Io, Il Popolo: como il populismo trasforma la democrazia**. Bologna: Il Mulino, 2020.

VALENCIA-GARCÍA, Louie Dean (Ed.). **Far-Right Revisionism and the End of History: Alt/Histories**. London: Routledge, 2020.

VENTURA, Ricardo. Caso Maria da Penha: ex-marido, advogado criminalista e vítima da lei – Pela Fechadura #001. [S.l.]: **Youtube**, 2023. 1 vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AX6aaavqJQs>. Acesso em: 01 set. 2026.

ZOGLAUER, Thomas. **Constructed Truths: Truth and Knowledge in a Post-truth World**. Wiesbaden: Springer Nature, 2023. p. 3.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Redação – rascunho original (Writing – original draft): Ana Clara da Silva Mota e Milena Diamantino Pessi. Redação – revisão e edição (Writing – review & editing): Ana Clara da Silva Mota e Milena Diamantino Pessi.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Foi utilizado o Grammarly no processo de tradução do texto.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Milena Diamantino Pessi: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mestranda no Programa de Ciências Sociais na mesma universidade. Atualmente, realiza pesquisas na área da Sociologia, nos temas de cinema, indústria cultural, política do medo e populismo.

Ana Clara da Silva Mota: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestranda no Programa de Ciências Sociais na mesma Universidade. Atualmente, realiza pesquisas na área da Sociologia, nos temas Cinema, Estudos de Gênero e Interseccionalidade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.